

RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.411 - RS (2014/0014398-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA AGRONOMIA DO RIO
GRANDE DO SUL CREA RS
ADVOGADO : SUELEN WALTZER TIMM E OUTRO(S) - RS069251
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : WILSON DE SOUZA MALCHER E OUTRO(S) - RS076395B

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS contra v. acórdão do eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AÇÃO ORDINÁRIA. DEVOLUÇÃO DE VALORES COBRADOS PELA CEF A TÍTULO DE TARIFA BANCÁRIA EM SEU VALOR CHEIO DEPOIS DO TÉRMINO DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O CONFEA E A CEF. TERMO DE ADESÃO FIRMADO ENTRE O CREA-RS E A CEF. CARÁTER ACESSÓRIO. PREVISÃO EXPRESSA DE NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE NOVO INSTRUMENTO PARA RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO. INEXISTÊNCIA DE PRORROGAÇÃO TÁCITA. POSSIBILIDADE DE COBRAR TARIFA CHEIA NO PERÍODO EM QUE INEXISTENTE CONVÊNIO ENTRE AS PARTES.

Descabida a devolução dos valores cobrados a título de tarifas bancárias (valor cheio) por título liquidado na compensação e por título liquidado em outros canais no período em que não mais vigia o Termo de Adesão com base no qual o CREA-RS pagava tarifas a menor (R\$ 0,80 e R\$ 0,50).

O termo de adesão firmado pelo CREA-RS tem caráter acessório e, nessa condição, segue o principal (tal como previsto no próprio termo de adesão);

encerrado o prazo de vigência do convênio (principal, firmado entre a CEF e o CONFEA), também encerrou-se o prazo de vigência do termo de adesão, de modo que, em não havendo novo convênio e o respectivo termo de adesão, a convenção entre as partes também deixou de vigor, passando a não ser mais exigível que a CEF cobrasse os valores definidos naquela convenção.

Mantida a sentença de improcedência." (fl. 359)

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts.

421, 422 do Código Civil, 6º, 46 e 39, V, do Código de Defesa do Consumidor, sustentando, em síntese, (a) a rescisão unilateral do contrato de serviços bancários, por iniciativa da Caixa Econômica Federal – CEF, configurou prática abusiva, ofensiva ao princípio da boa-fé objetiva, (b) a condição da parte recorrente de órgão da Administração Pública não impede a aplicação do regime de proteção do CDC em seu favor e (c) uma vez que houve contrato tácito entre as partes, durante o período de negociação de novos termos da avença, não poderia a CEF alterar o preço dos serviços bancários usufruídos pela recorrente.

Contrarrazões apresentadas às fls. 385/389.

É o relatório.

A controvérsia a respeito da aplicação do CDC ao caso não foi debatida na origem e nem sequer foram opostos embargos de declaração para questionar o tema. Incide, portanto, o óbice das Súmulas n. 282 e 356/STF, nessa parte da irresignação.

No mérito, discute-se se a CEF poderia ter majorado tarifas bancárias, cobradas em face do CREA-RS, ante a pendência de negociações que tinham por objetivo prorrogar convênio celebrado entre as partes, cujo objeto era a concessão de descontos no valor de serviços usufruídos pela insurgente.

O Tribunal de origem considerou a conduta da CEF legítima, uma vez que, quando da majoração, já não vigia mais o contrato inicialmente celebrado entre os litigantes, afastando a tese de *contrato tácito*. Destaca-se do acórdão recorrido:

"Diante desses elementos, conclui-se que não merece provimento a apelação da parte autora, entendendo não ser devida a devolução dos valores cobrados a título de tarifas bancárias por título liquidado na compensação e por título liquidado em outros canais pelas seguintes razões:

(a) o CREA-RS pagava tarifas a menor (R\$ 0,80 e R\$ 0,50) com base em termo de adesão ao convênio firmado entre a CEF e o CONFEA, que tinham prazo de validade determinado nos instrumentos (24 meses a contar da data da assinatura do convênio) e nada previam sobre prorrogação automática;

(b) tanto o convênio quanto o termo de adesão estabeleciam a possibilidade de serem renovados mediante 'assinatura de Termo Aditivo', ou seja, exigia-se a formação de novo instrumento para que tivesse continuidade, razão por que não ocorreu prorrogação tácita do termo de adesão;

(c) o termo de adesão firmado pelo CREA-RS tem caráter acessório e, nessa condição, segue o principal (tal como previsto no próprio termo de adesão); encerrado o prazo de vigência do convênio (principal, firmado entre a CEF e o CONFEA), também encerrou-se o prazo de vigência do termo de adesão, de modo que, em não havendo novo convênio e o respectivo termo de adesão, a convenção entre as partes também deixou de vigor, passando a não ser mais exigível que a CEF cobrasse os valores definidos naquela convenção;

(d) o fato de a CEF ter cobrado os mesmos valores previstos naquele convênio por um período posterior ao término do convênio não implica prorrogação tácita e não lhe acarreta a obrigação de continuar cobrando as tarifas no mesmo patamar porque não havia mais qualquer convenção entre as partes na medida que a própria convenção exigia a formalização de um novo instrumento;

(e) ainda que não se tenha nos autos cópia do novo convênio firmado entre o CONFEA e a CEF, pode-se concluir da alegação da CEF e da mensagem eletrônica enviada pelo Gerente da CEF ao CREA-RS em 31/03/2009 que a CEF passou a cobrar as tarifas cheias em 26/03/2009, data em que realizado o novo convênio com o CONFEA (que previa a cobrança de R\$ 1,35 por título liquidado) e ao qual não tinha ainda o CREA-RS aderido;

(f) tais circunstâncias evidenciam que a CEF, por opção própria, manteve a cobrança no mesmo patamar, até que houvesse novo convênio; com a realização do novo instrumento com o CONFEA e não havendo termo de adesão do CREA-RS, a CEF passou a cobrar os valores de tarifa cheia;

(g) não há norma legal que obrigue a CEF a reduzir as tarifas na sua relação com o CREA-RS, assim como não há indícios de que tenha agido com abusividade (apenas cobrou as tarifas nos seus valores integrais, como faria com qualquer outro cliente que não tivesse alguma circunstância que justificasse um tratamento diferenciado);

(h) o CREA-RS optou por continuar utilizando-se dos serviços de liquidação de títulos na medida em que continuava a emitir os títulos para serem liquidados junto à CEF (conforme definido nas condições operacionais da cláusula terceira do Convênio, aos CREA cabia providenciar na 'emissão e entrega dos bloquitos aos Sacados'), mesmo sabendo que a CEF teria passado a cobrar as tarifas integrais;

(h) o CREA-RS tinha conhecimento da data de encerramento do convênio e, se tinha interesse em continuar se beneficiando com a redução, deveria ter tomado as providências cabíveis para tanto (veja-se que o aumento ocorreu apenas quando assinado o novo

Superior Tribunal de Justiça

convênio, o que poderia ter sido evitado se o CREA-RS tivesse se informado com antecedência e aderido ao convênio logo após sua concretização);

(i) inexistindo motivos para se determinar devolução de valores, tendo a CEF agido dentro dos limites legais e dentro dos limites das avenças firmadas entre as partes, deve ser mantida a sentença de improcedência." (fls. 356/357)

A conclusão do Tribunal de origem, no sentido de que a continuidade das condições contratuais mais benéficas ao CREA-RS decorreu de *mera liberalidade* da CEF, e não do ajuste tático de novo contrato bancário, foi obtida mediante o exame das provas dos autos, em especial das várias mensagens de “e-mail” trocadas entre as partes durante a negociação de novas exigências da relação obrigacional.

Diante disso, não há dúvida de que a irresignação encontra óbice nas Súmulas n. 5 e 7/STJ, pois investigar se a CEF teria atuado com boa-fé objetiva ou se teria ignorado suposto contrato tácito vigente demandaria reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator